



2

Maio/08

Jornal do V Congresso da USP • Publicação unificada das entidades representativas Adusp, APGs, DCE e Sintusp

Congresso unificado busca avanços na luta pela democratização da USP

Os debates ocorrerão nos dias 26 a 30 de maio, semana em que não haverá aula, e questionarão a atual estrutura de poder, na perspectiva de uma Estatuinte Democrática

No ano passado, o processo de mobilização que envolveu estudantes, funcionários e professores, em defesa da autonomia universitária, culminou com a ocupação da Reitoria da USP e uma greve das três universidades estaduais paulistas. Na USP, o movimento criou a proposta de realização de um Congresso unificado das três categorias, que pudesse elaborar um projeto comum para a transformação da universidade. Negociado como uma das pautas de reivindicação do movimento de ocupação da Reitoria, o V Congresso foi incorporado ao calendário oficial da universidade.

O princípio da autonomia universitária, defendido pelo movimento político em 2007, significa tanto a independência na produção de conhecimento, quanto a autonomia financeira na gestão dos recursos públicos. Entretanto, a autonomia universitária da USP, defendida e reconquistada no ano passado, continua sendo limitada por uma estrutura de poder hierárquica, que carece de democratização.

A USP possui a estrutura de poder mais antidemocrática das universidades públicas do Brasil. O Conselho Universitário (CO), instância máxima de decisão da universidade, é composto por mais de 80% de professores, dentre os quais quase 90% são professores titulares. A representação dos funcionários, estudantes e até mesmo dos professores não titulares no CO é extremamente reduzida. A cada quatro anos, um colegiado com 300 pessoas elabora e encaminha ao governador uma lista tríplice, da qual um dos nomes será escolhido reitor. Esta estrutura meritocrática, que confunde o mérito acadêmico com o poder político, cria um sistema de privilégios e clientelismo, ao qual a univer-



Protesto bem-humorado contra eleição indireta de reitor (2005)

sidade pública está sujeita.

Conflito de interesses

As relações de poder na USP também são altamente comprometidas pelo fato de que cerca de 1/4 dos membros do CO pertencem à administração de fundações privadas ditas “de apoio” à USP. Isto gera um flagrante conflito de interesses entre o público e o privado.

Como parte de todo este quadro, está em curso desde 2006 um processo de Reforma do Estatuto da USP no CO, feita a portas fechadas, e que pode aprofundar esta estrutura de privilégios. A proposta de realização do V Congresso surgiu também do questionamento da legitimidade do CO para alteração do Estatuto.

Tendo como eixo central o tema “Da Universidade que temos à Universidade que queremos”,

no V Congresso serão formuladas propostas de transformação e democratização da USP, e traçada a perspectiva de luta por uma Estatuinte Soberana e Democrática, como espaço legítimo de decisão pública.

A Adusp, a APG/USP-Capital, o DCE-Livre e o Sintusp apresentam este segundo **Jornal do V Congresso da USP**, com o intuito de impulsionar a reflexão sobre as estruturas de poder, as fundações privadas ditas “de apoio”, a falta de democracia no acesso à universidade, a ausência de políticas efetivas de permanência estudantil, a função do tripé “ensino, pesquisa, extensão”, as políticas de financiamento da universidade.

Participar do V Congresso é construir um projeto comum de transformação da universidade!

Boa leitura!

A “nova” universidade que temos

Mais do que nunca, lutar por democracia para pensar e realizar a universidade que queremos

APG/USP-CAPITAL

O V Congresso da USP — “Da universidade que temos à universidade que queremos” — ocorre em um contexto em que mudanças radicais incidem sobre a instituição universitária alterando, assim, os alicerces de sua pretensa estrutura básica: ensino, pesquisa e extensão.

A universidade passa, nos últimos anos, por um processo de transformação que vai transfigurando as suas funções principais. Por um lado, a criação de mecanismos de transferência de tec-

coloca como eixo principal a inovação tecnológica e a qualificação da mão-de-obra, repercutem no âmbito das mudanças identificadas na política universitária.

Se é verdade que a pesquisa sempre esteve articulada às políticas de desenvolvimento do país, agora poderíamos dizer que há uma mudança na sua articulação, caracterizada por uma busca de maior intimidade. Essa busca de intimidade fica sob responsabilidade da própria universidade, que precisa preparar os seus

Nos deparamos com uma estrutura de poder altamente autoritária que se recusa, até não haver mais opção, a discutir e deliberar com a sua “comunidade” mesmo os assuntos mais fundamentais

nologia, a multiplicação e homogeneização dos indicadores de produtividade e o encurtamento dos prazos conferem uma nova forma à pesquisa; por outro, a proliferação de cursos pré-bacharelado, novas profissões ultra-especializadas e a massificação de vagas sem controle refletem alterações radicais na concepção do ensino universitário.

Se essas modificações democratizam relativamente o acesso, por outro lado diminuem a distância entre o ensino técnico e o universitário, ou seja, afastam a universidade de um projeto de formação que inclui a pesquisa crítica.

As mudanças do discurso (auto) legitimador da ciência, que se sustenta numa concepção de desenvolvimento econômico que

pesquisadores para o mercado de trabalho (mesmo que nele não existam empregos para a mão-de-obra qualificada) e tornar a sua pesquisa atraente, seja orientando-a para a aplicação comercial, seja acionando mecanismos de propriedade intelectual. Nasce assim a figura da “universidade empreendedora”.

Prestígio, negócios e dividendos eleitorais

O ensino superior, por sua vez, ganha cada vez mais “prestígio” e a necessidade de sua ampliação é o consenso que atravessa a sociedade. Aparentemente, ele foi alçado quase unanimemente como condição primeira de justiça social. Esse “prestígio” e a consequente “necessidade de sua am-



Greve da FFLCH, 2001

pliação”, no entanto, são sustentados pelos mais diversos fatores: seja pela necessidade de qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho, seja pela lucratividade de fazer do ensino superior um negócio, seja pelos dividendos eleitorais experimentados ao torná-lo foco de políticas públicas. No fim, o que temos diante dos olhos é o fenômeno da expansão vertiginosa das vagas nas universidades e um novo tipo de “ensino” que concede incontáveis diplomas nas mais diferentes e inusitadas profissões, nos mais diversos cursos e especializações.

Sob essas novas determinações das funções constitutivas da universidade — o ensino, a pesquisa e a extensão —, o que se expressa é uma brutal modificação na relação entre produção e reprodução de conhecimento, que tendem, através de uma cadeia de mediações cada vez mais extensa, a se autonomizarem quase por completo. Com isso, o projeto de universidade no qual ensino, pesquisa e extensão esta-

vam inerentemente ligados, formando conhecimento crítico e críticos do conhecimento, vai sendo deixado para trás.

A situação torna-se ainda mais grave quando nos deparamos com uma estrutura de poder altamente autoritária que se recusa, até não haver mais opção, a discutir e deliberar com a sua “comunidade”, mesmo os assuntos mais fundamentais — como ficou explícito na sistemática recusa da Reitoria em discutir, com a universidade, os decretos do governador José Serra no ano passado.

É para transformar este quadro interno, e tentando fazer frente a esta nova configuração da universidade, que o V Congresso, valendo-se do histórico de luta das entidades dos estudantes, funcionários e professores, coloca-se como espaço privilegiado de formulação de projetos e estratégias de luta para a democratização da USP e da própria instituição universitária.

Financiamento da Universidade

Precisamos combater as políticas neoliberais e garantir maiores recursos públicos para universidades públicas estaduais (USP, Unesp e Unicamp)

ADUSP

O desenvolvimento social, científico, cultural, político e econômico de um país tem estreita relação com seu desenvolvimento educacional. Assim sendo, por suposto, uma educação escolar de boa qualidade – em todos os níveis e modalidades – é essencial para a constituição de uma sociedade sempre mais democrática e, por consequência, para garantir uma melhor qualidade de vida a toda a população. Custe o que custar, essa educação é investimento social e condição fundamental para a construção de um país autônomo e soberano. Portanto, essa educação tem que ser garantida pelo Poder Público, por meio dos impostos recolhidos da sociedade justamente para cumprir finalidades afins.

Nesse contexto, uma vez preservados os preceitos constitucionais de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e de respeito ao princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, cabe à instituição universidade – exatamente pelo fato de caracterizar-se por tais prerrogativas – um papel relevante na construção e transmissão de conhecimento inovador e crítico, que considere a diversidade de pensamento e o pluralismo de ideais, constituindo-se numa das principais alternativas de socialização da experiência cultural e científica dessa mesma sociedade, ou seja, de perenizar esse ciclo virtuoso, realimentando-o. Tudo isso, como já foi apontado, consome recursos públicos; mas é exatamente por

constituir-se num patrimônio social inestimável que deve ser garantido pelo Poder Público.

Porém, é a concepção neoliberal do ensino superior como serviço ou mercadoria e não como direito que tem prevalecido no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, nas últimas décadas. Dessa concepção decorrem políticas governamentais que favorecem a expansão indiscriminada do ensino superior privado, ao mesmo tempo em que limitam o acesso dos estratos mais pobres da sociedade à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, seja em nível de graduação ou de pós-graduação.

Há tempos as entidades que compõem o Fórum das Seis, dentre as quais as promotoras deste V Congresso da USP, têm denunciado a insuficiência do financiamento público para garantir o bom funcionamento das universidades, sendo oportuno relatar brevemente a luta pela ampliação dos recursos vinculados destinados à manutenção das atividades das universidades públicas estaduais paulistas.

Como um dos resultados da greve de dois meses realizada em 1988 por docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da USP, Unesp e Unicamp, o então governo Quéricia publicou no início de 1989 um decreto que fixou em 8,4% da quota parte do ICMS do Estado a dotação de recursos públicos para as três universidades estaduais paulistas. Esse índice foi denunciado como insuficiente desde o primeiro

momento, entre outros motivos porque, na época, significava uma redução do que tradicionalmente era destinado pelo governo a essas universidades; contudo, tal índice foi recebido sem nenhuma crítica pelas respectivas reitorias.

Pressão conjunta fez dotação crescer

Em 1990, tentamos conseguir o aumento da dotação das universidades durante a tramitação da Lei de Diretrizes

A partir daí, portanto há mais de 13 anos, as entidades congregadas no Fórum das Seis têm insistido que tal destinação de recursos não é suficiente para a manutenção das atividades das três universidades estaduais paulistas, com o agravante de que, em conluio com sucessivos governantes, as autoridades universitárias têm permitido a ocorrência de uma expansão de vagas sem qualidade, seja pela mera ampliação física de *campi* (em geral com recursos adicio-

É a concepção neoliberal do ensino superior como serviço ou mercadoria e não como direito que tem prevalecido no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, nas últimas décadas

Orçamentárias (LDO) na Assembleia Legislativa (Alesp), mas a emenda que elevava a dotação de 8,4% para 10,5% do ICMS foi derrotada em plenário por margem reduzida de votos. Em 1991, a pressão conjunta de docentes, estudantes e funcionários das universidades públicas estaduais conseguiu que a LDO para 1992 mudasse de 8,4% para 9% o repasse da arrecadação do ICMS. Em 1994, também sob nossa pressão, a Alesp aprovou o aumento da dotação orçamentária das universidades para 9,57% da quota parte do ICMS do Estado para o ano de 1995, índice este que vigora até hoje.

nais apenas para a construção de prédios), seja pela incorporação de unidades isoladas, acrescentando problemas ao já precário funcionamento dessas instituições, por exemplo, pela sobrecarga de trabalho de docentes e funcionários técnico-administrativos (cujo número tem sido mantido, quando não reduzido) e pela superlotação de estudantes por sala de aula; ademais, sem planejamento adequado e sem a garantia de infra-estrutura efetiva (transporte público, refeições, laboratórios, bibliotecas etc.).

Mas é importante ressaltar que os setores organizados da comunidade universitária continuam denunciando essa insufi-



Manifestação contra o veto de Alckmin (2005)

O financiamento deveria constar de lei específica, de forma a torná-lo perene, tendo como referencial o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, conforme as metas apontadas no Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PEE-PSP), Projeto de Lei nº 1.074/2003

ciência de recursos para a manutenção adequada das universidades públicas e têm acompanhado – ano a ano – os sucessivos processos de elaboração da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA) na Alesp, tendo já criado uma certa tradição de acompanhamento dessas importantes peças de planejamento do Estado. Contudo, a constante mobilização realizada pelas entidades do Fórum das Seis não tem sido suficiente para mudar a política orçamentária dos governantes do Estado e nem sequer para provocar uma postura mais aguerrida nas autoridades universitárias, que deveriam lutar ao nosso lado pela ampliação de recursos para as universidades estaduais paulistas.

Ademais, cada vez fica mais claro que o tipo de vinculação vigente hoje – a renovação anual da destinação, para as universidades públicas estaduais, de 9,57% da cota-parte do ICMS do Estado, quando da votação das leis orçamentárias – não é

a melhor maneira de propiciar o financiamento da USP, Unesp e Unicamp. O financiamento deveria constar de lei específica, de forma a torná-lo perene, tendo como referencial o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, conforme as metas apontadas no Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PEE-PSP), Projeto de Lei nº 1.074/2003, em tramitação na Alesp (para conhecê-lo na íntegra ver www.adusp.org.br).

A seguir, apresentamos uma síntese dessas metas, destacando as que têm a ver diretamente com o tema em questão, mantendo sua numeração original, conforme elas aparecem no Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PEE-PSP):

Metas para a Educação Superior

1. Assegurar, a partir da aprovação do PEE-PSP, a aplicação de recursos progressivamente

crescentes até atingir 1,2% do PIB para o ensino público e gratuito de graduação, acrescidos de 1,5% do PIB, divididos entre as instituições que realizam pós-graduação e pesquisa, perfazendo 2,7% do PIB estadual no fim de uma década.

2. Ampliar, em 15% ao ano, o número de matrículas no Ensino Superior público, de modo a assegurar no final da década uma proporção de 30% do total das matrículas (no setor público), em parceria com a União, garantindo o financiamento correspondente e a qualidade deste ensino.

3. Estabelecer, em até um (1) ano a partir da aprovação do PEE-PSP, uma política de expansão do Ensino Superior público que elimine as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do Estado.

4. Contemplar, a partir da aprovação do PEE-PSP, prioritariamente, a expansão de vagas no Ensino Superior público, nas diversas áreas do conhecimento, começando pelas licenciaturas cuja carência já foi diagnosticada (Física, Matemática, Química e Biologia), visando eliminar o déficit de professores, principalmente para os quatro últimos anos do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

5. Definir a relação de um (1) docente para doze (12) estudantes como limite superior no ensino de graduação nas Universidades.

[...]

7. Criar e instalar, a partir de um (1) ano da aprovação do PEE-PSP, Conselhos Sociais, com participação da comunidade e entidades civis organizadas, para acompanhamento e controle social das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de assegurar a função pública da instituição de Ensino Superior.

8. Assegurar a escolha democrática de dirigentes das Instituições de Ensino Superior (IES), em todos os níveis da ad-

ministração.

[...]

10. Garantir representação paritária de docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos nos órgãos colegiados deliberativos das Instituições de Ensino Superior, em todos os níveis de decisão, respeitando a auto-aplicabilidade do Artigo 207, da Constituição Federal de 1988.

11. Institucionalizar, progressivamente, em até quatro (4) anos a partir do PEE-PSP, um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica, contemplando as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

12. Ampliar gradativamente a Pós-graduação e a pesquisa nas universidades, a partir da aprovação do PEE-PSP, elaborando um planejamento com objetivos claros e metas definidas e com a garantia de recursos anuais para atingir, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados para as diversas demandas sociais existentes.

[...]

14. Estabelecer, imediatamente após a aprovação do PEE-PSP, e manter a realização sistemática de concursos públicos para todos os trabalhadores nas IES.

[...]

16. Definir e implementar, em um ano a partir da aprovação do PEE-PSP, planos de capacitação de docentes e funcionários técnico-administrativos e de apoio, bem como medidas voltadas para a melhoria das respectivas condições de trabalho.

[...]

20. Iniciar, imediatamente a partir da aprovação do PEE-PSP, uma auditoria pública das fundações de caráter privado nas universidades públicas, apontando para sua extinção.

Acesso à Universidade: não há vagas

A ampliação do acesso à universidade pública implica a defesa conjunta de políticas de Permanência Estudantil

DCE-LIVRE DA USP

Hoje no Brasil, quase 90% da juventude entre 18 e 24 anos está excluída do Ensino Superior. O acesso à universidade é tratado como privilégio de poucos e não como um direito social de todos. Num contexto de vagas insuficientes no ensino superior público, qualquer modelo de seleção para a entrada na universidade terá problemas. Os dispositivos de exclusão social da universidade são principalmente dois: as altas mensalidades das universidades particulares e a prova técnica dos vestibulares nas universidades públicas. A maioria dos vestibulares prioriza a avaliação de mérito com base em um conhecimento técnico adquirido nos cursinhos pagos, em detrimento de um conhecimento crítico. Assim, grande parte dos estudantes de escola pública, economicamente desfavorecidos, tem dificuldades em pagar mensalidades dos cursinhos e portanto menores chances de ter acesso a uma universidade pública.

A realidade precária da escola pública determina também uma exclusão social imensa. Hoje, 75% dos estudantes da USP vieram de escolas particulares. Além disso, menos de 13% dos alunos da USP são negros, o que revela uma profunda exclusão racial do conhecimento. A produção de conhecimento na universidade é também produção de poder. Os grupos sociais que dispõem de acesso à universidade se mantêm mais fortes nas relações de poder da sociedade,



PM reprime protesto contra decretos de Serra (2007)

de, a despeito dos excluídos do conhecimento.

Esta exclusão social do conhecimento é um aspecto determinante da história do Brasil. As elites brasileiras ergueram instituições de ensino próprias para a formação de quadros políticos, intelectuais, científicos e técnicos próprios para seu projeto nacional de desenvolvimento do capitalismo. A USP é um exemplo destas instituições: foi criada em 1934 com a função explícita de servir como instrumento de saber e poder de um determinado grupo social dominante, qual seja, a chamada oligarquia paulista.

Função social e pública

A USP que reivindicamos, entretanto, deve cumprir uma função social e pública, e para isso

Hoje, 75% dos estudantes da USP vieram de escolas particulares. Além disso, menos de 13% dos alunos da USP são negros, o que revela uma profunda exclusão racial

ser precisam ter acesso a ela todos os setores da sociedade; deve produzir conhecimento que sirva aos grupos sociais menos favorecidos. Um exemplo de proposta para a democratização da universidade na USP foi a idéia da criação de um curso de “Pedagogia da Terra”, ministrado para assentados e acampados rurais que não teriam que passar pelo filtro social do vestibular. Este curso poderia representar uma ampliação qualitativa

do acesso de grupos sociais desfavorecidos ao conhecimento de Ensino Superior. Esta idéia acabou rechaçada pelo Conselho Universitário e não foi possível conseguir verba pública para sua realização.

Em 2006, a Reitoria da USP criou um “programa de inclusão” chamado Inclusp. O Inclusp prevê, entre outras ações, o acréscimo de 3% na pontuação do vestibular para estudantes da rede pública.



Movimento dos Sem Educação pede fim do vestibular e democratização do acesso (2003)

O movimento estudantil avalia que esse bônus é insuficiente para reverter um processo de queda de ingresso dos estudantes de escola pública na USP, processo este que aprofunda a distorção social que existe no acesso à universidade pública. Algumas mudanças no Inclusp estão sendo discutidas no Conselho de Graduação da USP:

de escola pública na USP. Entretanto, esta meta é, na nossa avaliação, bastante tímida, uma vez que se propõe a aumentar apenas 5% dos alunos de escola pública na USP, e este valor é incapaz de alterar a exclusão social do conhecimento e as distorções produzidas com relação ao direito social à educação.

Através do V Congresso, po-

cas de Permanência Estudantil. A necessidade de ampliação da moradia estudantil, dos Restaurantes Universitários, do transporte gratuito e das bolsas faz parte da garantia do direito de gratuidade no ensino superior, que constitui um direito social. No Butantã, em Ribeirão Preto, em São Carlos, faltam centenas de vagas de moradia a cada ano, em relação à demanda estudantil. Na USP-Leste e em Lorena, nem sequer existe moradia estudantil e transporte circular. Na EACH, o restaurante universitário é terceirizado e completamente insuficiente em relação à demanda. Em Piracicaba, existe uma proposta de terceirização do RU e há alguns meses o restaurante já não consegue atender a demanda estudantil. Em Lorena, sequer existe restaurante.

Estas condições aprofundam o processo de exclusão social dentro da universidade, por conta do enorme número de evasões por motivos sociais dentro da USP. A defesa da ampliação de vagas na USP, através da democratização do seu acesso, deve propi-

ciar as condições necessárias para que alunos de baixa renda possam desenvolver suas atividades acadêmicas, pelo menos em pé de igualdade com os demais estudantes.

O movimento estudantil também defende que o financiamento das políticas de permanência seja público, e que haja um planejamento estratégico para diminuir as evasões sociais da universidade, numa perspectiva de ampliação qualificada de suas vagas. O fundo que hoje financia a Permanência, proveniente da antiga Lei de Heranças Vacantes, está se esgotando. É preciso que a USP organize um fundo financeiro para a Permanência estudantil, quanto mais agora que o crescimento do ICMS em 2007 permite tal medida.

O V Congresso terá a tarefa de organizar e propor a defesa das políticas de permanência na USP: campanha por Moradia Estudantil, pela qualidade dos restaurantes universitários, por transporte circular. Sabemos que a USP tem dinheiro, pois o ICMS cresceu no último ano, e precisamos negociar o financiamento público da permanência estudantil.

É preciso que a USP organize um fundo financeiro para a Permanência estudantil, quanto mais agora que o crescimento do ICMS em 2007 permite tal medida

apresentam a possibilidade de aumento deste bônus na Fuvest, através de um mecanismo de “avaliação seriada”. A “avaliação seriada” consistiria de provas, aplicadas ao final de todos os anos do Ensino Médio público, que comporiam uma nota do aluno, nota esta que incrementaria o bônus de cada aluno da escola pública na Fuvest de acordo com seu desempenho. A proposta inclui também uma meta para o Inclusp de ingresso de 30% de alunos

deremos debater o problema da exclusão social da universidade e criar propostas que democratizem este acesso, como a luta por ações afirmativas e cotas, por mais verbas e qualidade no ensino público básico, por mudanças democráticas no vestibular.

Permanência estudantil é um direito

A ampliação do acesso à universidade pública implica a defesa conjunta de políti-

Sobre as fundações “de apoio” nas universidades

Ao contrário de apoiar as universidades públicas, essas entidades privadas apóiam-se nelas para promover lucrativas atividades remuneradas

ADUSP

A reflexão e o debate sobre as fundações privadas ditas “de apoio” que atuam na universidade ocorre há mais de uma década. Em 2001, a *Revista Adusp* publicou o “Dossiê Fundações”, que teve forte impacto na comunidade. No mesmo ano, o Conselho Universitário da USP foi impedido, pelo movimento estudantil, de deliberar sobre uma proposta de regulamentação das fundações que não havia sido debatida na universidade. Desde então o tema foi ganhando espaço e hoje chegou aos jornais e telejornais, após escândalos e crises que envolveram não só as fundações “de apoio” ligadas à USP (como a Fundação Zerbini), mas também à UFSC (Feesc), à UFESM (Fatec, Fundae), à UnB (Finatec) e tantas outras.

As fundações “de apoio” são organismos privados que ao longo dos anos disseminaram-se de forma ampla e preocupante, no âmbito das universidades públicas estaduais e federais. A Adusp tem desenvolvido um intenso trabalho de pesquisa e análise destes organismos na USP (em 2006 e 2007 a *Revista Adusp* publicou o “Dossiê 2”), o que nos permitiu constatar que elas têm representado a privatização de atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma instituição estritamente pública.

Salvo raras exceções, ao contrário de apoiar as universidades públicas, tais fundações apóiam-se nelas. Os docentes que as constituem, ou delas participam, na

sua maioria contratados pelas universidades públicas em regime de dedicação integral (RDIDP, no caso da USP), utilizam parte importante do seu tempo de trabalho, remunerado com recursos públicos, para realizar as atividades privadas que caracterizam essas fundações.

Usam comercialmente o prestígio das universidades ao fazer propaganda de projetos e cursos pagos, que frequentemente ocupam prédios e instalações públicas para fins privados. Celebram contratos milionários com o poder público municipal, estadual e federal, sem licitação, valendo-se da fachada de entidades supostamente dedicadas “ao ensino e à pesquisa, sem fins lucrativos”. Porém, repassam recursos financeiros ínfimos às instituições “apoiadas”: geralmente, não mais do que 5% das receitas que arrecadam! De fato, uma “galinha dos ovos de ouro”!

Ao contrário do que propagam, portanto, a finalidade de tais fundações “de apoio” é mercantil: gerar lucros para os pequenos grupos de docentes que nelas atuam. A autodefinição dessas fundações “de apoio” como entidades “sem fins lucrativos” esconde a real vocação da maioria delas: fomentar e realizar negócios privados que resultem em remuneração adicional para os docentes que delas se beneficiam.

É precisamente a condição de entidades “incumbidas estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institu-

cional” e “sem fins lucrativos”, que lhes concede privilégios, entre outros, de isenção fiscal e dispensa de licitação por parte do poder público.

Grave situação

A USP abriga 30 fundações privadas “de apoio”: é a universidade pública brasileira que se relaciona com o maior número de instituições desse tipo. A partir de dados concretos levantados em sucessivas edições da *Revista Adusp*, foi possível desmitificá-las, revelando uma realidade que pode ser sintetiza-

3- Na quase totalidade das fundações, os recursos arrecadados são, na sua maior parte, apropriados privadamente pelos docentes que delas fazem parte; naquelas ligadas aos hospitais da USP, que gerem verbas SUS, a apropriação privada é menor, mas também ocorre, e apesar disso, graças ao forte lobby que possuem, gozam de isenção do recolhimento da cota patronal do INSS;

4- Parcela substantiva das verbas auferidas pelas fundações provém de órgãos públicos federais, estaduais e municipais,

As fundações privadas “de apoio”, consideradas em seu conjunto, historicamente transferem à USP recursos inexpressivos, cujo montante equivale, atualmente, a menos de 1% do Orçamento anual da universidade

da da seguinte forma:

1- As fundações privadas “de apoio”, consideradas em seu conjunto, historicamente transferem à USP recursos inexpressivos, cujo montante equivale, atualmente, a menos de 1% do Orçamento anual da universidade;

2- As quatro maiores fundações (excetuadas as ligadas aos hospitais da USP), que apresentam receitas anuais que chegam à casa dos R\$ 60 milhões, repassam à universidade, individualmente, somente 5% ou menos de tudo que arrecadam;

por meio de contratos realizados sem licitação, como revela estudo do Tribunal de Contas da União (relatório TC-005.168/2000-5, de 7/2/2001);

5- Os cursos pagos promovidos pelas fundações tornaram-se uma indústria, ferindo o caráter público da USP, em descumprimento flagrante do artigo 206 da Constituição Federal (gratuidade do ensino em instituições oficiais) e também da Constituição Estadual;

6- Durante muitos anos, as fundações apropriaram-se do

logotipo “USP”, utilizando-o ao seu bel-prazer em materiais de propaganda. Isto só mudou após as diversas iniciativas do movimento universitário contra a atuação das fundações;

7- Muitas delas continuam ocupando permanentemente instalações da universidade;

8- Além de quebrar a isonomia salarial, as atividades privadas (cursos pagos, projetos e outras) vêm induzindo modifi-

cações na graduação e na pós-graduação gratuitas, afetando a grade curricular, o programa das disciplinas e a relação entre docentes e alunos, bem como o objeto das pesquisas, determinado, em larga escala, por interesses de mercado;

9- A presença dessas fundações privadas nas universidades públicas contempla fortes conflitos de interesse, em particular quando o dirigente da

fundação exerce cargos de direção no Departamento ou na unidade com a qual a fundação se relaciona. É falacioso o argumento de que os dirigentes das fundações de “apoio” nada recebem na condição de diretores ou de membros dos conselhos curadores dessas entidades: na verdade, o que se verifica é que essas mesmas pessoas acabam recebendo pagamentos por participarem de proje-

tos gerenciados pela fundação.

Dada a gravidade da situação descrita, o V Congresso da USP terá como item específico de seu temário de discussão a questão das fundações privadas ditas “de apoio” nas universidades. Será fundamental nos prepararmos para indicar caminhos consistentes de combate a esta forma aguda e altamente danosa de privatização da universidade pública.

REGIMENTO (proposta)

Finalidades

O V Congresso da USP, promovido conjuntamente pela Associação dos Docentes da USP — ADUSP, pelas Associações de Pós-Graduandos — APGs, pelo Diretório Central dos Estudantes — DCE Livre “Alexandre Vannucchi Leme”, e pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP — SINTUSP, será realizado no campus Butantã, em São Paulo, nos dias 26 a 30 de maio de 2008, com a finalidade de discutir e deliberar sobre propostas que visem à democratização da estrutura e do funcionamento da USP — “Por uma Estatuinte democrática e soberana na USP”.

Organização

O V Congresso da USP será organizado pela Comissão Organizadora composta por professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos indicados pelas instâncias de suas entidades representativas: SINTUSP, DCE, APGs e ADUSP. As atividades consistirão de debates, discussões em Grupos de Trabalho (GT) temáticos e plenárias deliberativas. Poderão ocorrer painéis temáticos, sob a responsabilidade de qualquer uma das quatro entidades promotoras do V Congresso, desde que não concorram com as demais atividades relacionadas no Calendário de Atividades, a seguir. Tais painéis serão divulgados pela Comissão Organizadora, desde que a entidade responsável a informe em tempo hábil.

Participantes

Poderão participar do V Congresso, com direito a voz e voto, até 250 delegados de cada um dos três segmentos da comunidade universitária — estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores —, escolhidos por seus pares e credenciados pela Comissão Organizadora. A lista dos delegados e suplentes de cada uma das categorias é de responsabilidade da entidade que representa essa categoria, que deve entregá-la à Comissão Organizadora até 26/5, segunda-feira, às 12h na sede da Adusp.

Não-delegados credenciados pela Comissão Organizadora poderão participar, com direito a voz e voto, dos Grupos de Trabalho (GT). No caso das Plenárias, estas só serão abertas a não-delegados, com direito a voz, caso a infra-estrutura à disposição do V Congresso assim o permita; ou seja, a participação de não-delegados nas plenárias, com direito a voz, está condicionada à acomodação prioritária dos delegados.

Direção e Organização dos Trabalhos (GT)

A coordenação das atividades dos GT será realizada por mesas compostas por Coordenador, Secretário e Relator, de preferência delegados, eleitos pelos participantes de cada atividade, que serão responsáveis pela sistematização escrita dos debates e das deliberações.

Os GT serão formados por participantes das três categorias, tendo um número em torno de 50 pessoas (delegados + não-delegados), sendo que cada GT deve ter no mínimo 15 delegados credenciados.

As propostas aprovadas pelos GT só serão encaminhadas para as plenárias se obtiverem 1/3 (um terço) dos votos do total de delegados e não-delegados presentes em cada atividade.

As mesas coordenadoras das plenárias serão indicadas pela Comissão Organizadora do V Congresso.

Para a realização das plenárias deverão estar presentes, no mínimo, metade mais um (50% + 1) do número de delegados credenciados.

Temário

O eixo central do V Congresso será Da Universidade que temos à Universidade que queremos, tendo como temas:

1. Ensino, pesquisa e extensão;
2. Financiamento da universidade;
3. Expansão, acesso e permanência estudantil;
4. Fundações e outras formas de mercantilização da universidade;
5. Estrutura de poder na universidade;
6. Plano de luta para a instalação de uma Estatuinte democrática e soberana na USP.

Teses

As teses relativas ao temário enviadas — por meio eletrônico — à Comissão Organizadora até 19/5, às 16h (secretaria@adusp.org.br) por grupos de professores, funcionários e estudantes, com no mínimo cinco (5) pessoas, serão divulgadas aos delegados do V Congresso. As teses deverão ter no máximo 20.000 caracteres (incluindo espaços). Para divulgação mais ampla poderão ser apresentadas sínteses de teses com no máximo 6.000 caracteres (incluindo espaços). O que for enviado — teses e/ou sínteses

— deve respeitar o seguinte padrão: Arial, 12, formato RTF ou ODT (formato Open Office ou BrOffice).

Deliberações

O V Congresso será paritário (igual número de delegados das três categorias) e o peso do voto de cada delegado será o mesmo. As propostas que obtiverem o quórum mínimo colocado no item Direção e Organização dos Trabalhos (GT) serão remetidas para discussão e deliberação nas plenárias correspondentes.

Organização dos Grupos de Trabalho (GT)

Após o término do credenciamento, a Comissão Organizadora do V Congresso fará a montagem dos Grupos de Trabalho, de forma a garantir participação o mais equilibrada possível de estudantes (de graduação e de pós-graduação), funcionários técnico-administrativos e professores.

Orientações para o funcionamento dos GT

- Apresentação dos participantes;
- Escolha de Coordenador, Secretário e Relator;
- Discussão e votação das propostas;
- Os relatores dos GT devem participar dos trabalhos de sistematização logo após o término das discussões, trazendo por escrito as propostas aprovadas;
- Sugere-se que ao final de suas atividades o GT aprove o texto que o Relator encaminhará à Comissão de Sistematização.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO V CONGRESSO

Dia 26/5, segunda-feira — Anfiteatro “Camargo Guarnieri”

a partir das 13h — Credenciamento e formação dos Grupos de Trabalho (GT)

14h — Debate de abertura: “Da Universidade que temos à Universidade que queremos”

18h — Coral da USP (a confirmar).

Dia 27/5, terça-feira

8h30 — Plenária de Instalação — aprovação do Regimento do V Congresso

11h — Exposição de visões sobre Conjuntura e Universidade

14h00 — Grupos de Trabalho sobre os temas 1 e 2

18h — Sistematização dos debates e das deliberações dos GT sobre os temas 1 e 2

19h — Debate: “Condições de acesso e políticas de permanência estudantil”

Dia 28/5, quarta-feira

9h — Plenária — temas 1 e 2

14h00 — Grupos de Trabalho sobre os temas 3 e 4

18h — Sistematização dos debates e das deliberações dos GT sobre os temas 3 e 4

19h — Debate: “Universidade e políticas para Ciência e Tecnologia”

Dia 29/5, quinta-feira

9h — Plenária — temas 3 e 4

14h30 — Grupos de Trabalho sobre os temas 5 e 6

18h — Sistematização dos debates e das deliberações dos GT sobre os temas 5 e 6

19h — Debate: “Educação popular e transformação da universidade”

Dia 30/5, sexta-feira

9h — Plenária — temas 5 e 6

15h — Plenária de Encerramento do V Congresso

São Paulo, 12 de maio de 2008
Comissão Organizadora do V Congresso
ADUSP, APGs, DCE-Livre e SINTUSP